

ANEXO IV - PROCEDIMENTOS PARA LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A etapa de Estudos de Viabilidade é uma das mais importantes do processo decisório do aproveitamento, uma vez que, com a aprovação do estudo e após o processo licitatório, a concessão para exploração do aproveitamento hidrelétrico é outorgada ao proponente vencedor.

A Constituição Federal, promulgada em 1988, determina, em seu artigo 225 que: “Todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” Prossegue, incumbindo o Poder Público de exigir, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, ao que se dará publicidade.

O licenciamento ambiental é um procedimento administrativo através do qual o Poder Público, estadual ou federal, exige dos interessados em desenvolver atividade potencial ou efetivamente poluidora a elaboração de estudo de impacto ambiental, planos de controle ambiental e programas de monitoramento. Em contrapartida, o Poder Público outorga ao interessado as licenças ambientais cabíveis.

O processo de licenciamento ambiental reflete, como atualmente estabelecido, uma busca de participação crescente da população nos procedimentos decisórios, quer pelo tipo de envolvimento do órgão licenciador, quer pela previsão de situações de discussão entre os interessados.

Assim, a implantação de aproveitamentos hidrelétricos, bem como de suas diversas atividades associadas ou complementares, deverá ser objeto de licença ambiental, a partir dos Estudos de Viabilidade.

1. Legislação Ambiental relacionada ao licenciamento ambiental

Para o tratamento das questões ambientais dispõe-se hoje, no Brasil, de um arcabouço legal e institucional

composto por diversos instrumentos legais. Os principais instrumentos de apoio aos procedimentos para o licenciamento ambiental de aproveitamentos hidrelétricos estão estabelecidos pela legislação ambiental em vigor:

- Constituição Federal de 1988 - apresenta no Título VIII
 - Da Ordem Social - três capítulos de importância em relação às questões sócio-ambientais: Capítulo III - Da Educação, Da Cultura e do Desporto, Capítulo VI - Do Meio Ambiente e Capítulo VIII - Dos Índios. Nestes capítulos são instituídos cuidados e restrições em relação à utilização dos recursos naturais e ao patrimônio cultural. Em especial, amplia o conceito de responsabilidade e a possibilidade de sanção civil e penal para os órgãos do Setor Público. Destaca-se, ainda que, em seu Artigo 5º item LXXIII, determina que qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
- Lei Nº 6.938/81 - estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente, que tem por objetivo “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança e à proteção da dignidade da vida humana...”; constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; e institui o Cadastro de Defesa Ambiental. A Lei estabelece, ainda, como instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, o licenciamento pelo órgão ambiental competente, a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras e o Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras dos recursos ambientais (atualizado pela Lei Nº 7.804/89).
- Lei Nº 7804/89 - estabelece que a apreciação do EIA e respectivo RIMA no caso de obras ou atividades de significativa degradação ambiental nas áreas consideradas Patrimônio Nacional pela Constituição Federal será competência do CONAMA, e o licenciamento de atividades ou obras com significativo impacto ambiental, de âmbito nacional ou regional será competência do IBAMA.

- Decreto Nº 99.274/90 - regulamenta a Política Nacional do Meio Ambiente e estabelece que dependerão de licenciamento do órgão ambiental competente as atividades que utilizam recursos ambientais, consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras ou capazes de causar degradação ambiental e que será exigido EIA e respectivo RIMA para fins do licenciamento.
- Resolução CONAMA Nº 001/86 - estabelece que o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente dependerá da elaboração de EIA e de respectivo RIMA a serem submetidos à aprovação dos órgãos ambientais competentes. Dentre as atividades exemplificadas, constam as “obras hidráulicas para exploração de recursos hídricos, tais como: barragem para fins hidrelétricos, acima de 10 MW ...”.
- Resolução CONAMA Nº 006/86 - estabelece os modelos de publicação de pedidos de licenciamento, em qualquer de suas modalidades, sua renovação e a respectiva concessão da licença.
- Resolução CONAMA Nº 006/87 - edita regras gerais para o licenciamento ambiental de obras de grande porte, especialmente aquelas nas quais a União tenha interesse relevante como geração e transmissão de energia elétrica.
- Resolução CONAMA Nº 009/87 - dispõe sobre a realização de audiência pública para expor o empreendimento e seu respectivo RIMA aos interessados, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas e sugestões a respeito.
- Resolução CONAMA Nº 001/88 - estabelece critérios e procedimentos básicos para implementação do Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, previsto na Lei Nº 6.938/81.
- Resolução CONAMA 002/96 - estabelece que, para fazer face à reparação dos danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas, o licenciamento de empreendimentos de relevante impacto ambiental terá como um dos requisitos a serem atendidos pelo empreendedor a implantação de uma unidade de conservação de domínio público e uso indireto ou a adoção de medidas alternativas.

Durante o desenvolvimento dos Estudos de Viabilidade, devem ser especialmente considerados, além do mencionado, a legislação específica para licenciamento ambiental, nos níveis federal, estadual e municipal, e a relacionada aos diversos temas ambientais tratados no EIA e respectivo RIMA.

2. Procedimentos relacionados ao licenciamento ambiental

O processo de licenciamento ambiental tem seus procedimentos gerais estabelecidos na legislação ambiental federal, podendo sofrer pequenas variações em cada Estado, em função das legislações estaduais e de seus correspondentes procedimentos.

Além destes, o Decreto nº 95.733/88 estabelece que, identificados efeitos negativos de natureza ambiental, será incluído no orçamento, para projetos e obras federais, a destinação de no mínimo 1% do orçamento do empreendimento à prevenção ou correção dos prejuízos ao meio ambiente.

2.1 Licenciamento Ambiental

De acordo com o Artigo 17 do Decreto Nº 99.274/90, a construção ou ampliação de empreendimentos capazes de causar degradação ambiental dependerá de licenciamento do órgão ambiental competente. O Poder Público, no exercício de sua competência de controle, expedirá a Licença Prévia (LP), na fase preliminar do planejamento da atividade, contendo requisitos básicos a serem atendidos nas fases de localização, instalação e operação, observados os planos municipais, estaduais ou federais de uso do solo (Artigo 19).

Especificamente quanto ao licenciamento ambiental de aproveitamentos hidrelétricos, a Resolução CONAMA Nº 006/87 estabelece a exigência do licenciamento ambiental e orienta para a realização de atividades em diferentes momentos do ciclo de planejamento. A LP deverá ser requerida no início dos Estudos de Viabilidade. De acordo com o Artigo 7º, os documentos necessários para a obtenção da LP são: requerimento da LP, portaria do MME autorizando os Estudos da Viabilidade, EIA e RIMA, cópia da publicação de pedido da LP.

Em geral, a LP será expedida pelo órgão ambiental

estadual, salvo outras determinações constantes da legislação ambiental. Nos casos de competência federal, o IBAMA deverá aprovar o RIMA (Resolução CONAMA Nº 001/86, Art. 3º) e expedirá a LP, após considerar o exame técnico procedido pelos órgãos estaduais e municipais (Decreto Nº 99.274/90, Art. 19, § 5º).

A seguir são descritas as principais atividades que deverão ser realizadas durante os Estudos de Viabilidade, conforme estabelecido na legislação ambiental:

- no início dos Estudos de Viabilidade do aproveitamento, requerer a LP ao órgão ambiental competente (Decreto Nº 99.274/90, Art. 17 e 19 e Resolução CONAMA 006/87, Art. 1º e 4º);
- quando os Estudos de Viabilidade forem destinados a constituir documento hábil de definição técnica do objeto da licitação de aproveitamento hidrelétrico, a LP deverá ser solicitada em nome do DNAEE ou de preposto designado para este fim.
- juntamente com o requerimento da LP, apresentar as informações técnicas sobre o aproveitamento (Resolução CONAMA 006/87, Art. 1º), os documentos necessários (Resolução CONAMA 006/87, Art. 7º) e o relatório sobre o planejamento da elaboração do EIA e do RIMA a ser executado, incluindo cronograma tentativo (Resolução CONAMA Nº 006/87 Art. 8º);
- transmitir ao órgão ambiental competente as informações constantes do Estudo de Inventário (Resolução CONAMA Nº 006/87, Art. 8º, § 1º) e os demais dados técnicos do EIA (Resolução CONAMA 006/87, Art. 11º);
- publicar os pedidos de LP e sua renovação no jornal oficial do Estado e em um periódico de grande circulação, regional ou local, conforme modelo aprovado pelo CONAMA (Decreto Nº 99.274/90, Art. 17, § 4º);
- permitir, ao órgão ambiental competente, o acesso para fiscalização do local das obras (Decreto Nº 99.274/90, Art. 21, § 3º);
- requerer ao órgão ambiental a definição do prazo para conclusão da análise dos estudos e concessão da LP (Decreto Nº 99.274/90, Art. 19, § 1º);

- publicar a concessão da LP da forma já mencionada Nº 99.274/90, Art. 17, § 4º).

O órgão ambiental competente tem atribuições conferidas pela legislação ambiental e poderá estabelecer instruções adicionais ou requerer complementações. Assim, cabe ao empreendedor solicitar, no início dos Estudos de Viabilidade esclarecimentos sobre a pertinência das atividades a seguir:

- o estabelecimento das etapas e especificações adequadas às características dos aproveitamentos (Resolução CONAMA 006/87, Art. 3º), as instruções adicionais para o EIA e o RIMA (Resoluções CONAMA Nº 006/87, Art. 8º e Nº 001/86, Art. 6º, § único) e a pertinência do encaminhamento de informações complementares ao licenciamento (Resolução CONAMA Nº 006/87, Art. 7º, § único);
- rever com a Lei 7804/89 caso o aproveitamento necessite ser licenciado por mais de um órgão ambiental, pela abrangência de sua área de influência, acompanhar os entendimentos entre estes órgãos visando a uniformização de suas exigências para estabelecimento de procedimento conjunto (Resolução CONAMA Nº 006/87, Art 2º).

A LP será emitida após a análise do EIA e do RIMA e da eventual realização de audiência pública, contendo as condições de validade, exigências de monitoramento dos impactos e o prazo da sua validade. Durante a análise desses documentos o órgão ambiental competente poderá solicitar informações complementares e realizar vistoria da área de influência do aproveitamento.

O empreendedor poderá, caso necessário, apresentar recurso administrativo às autoridades competentes, conforme previsto na legislação ambiental (Decreto Nº 99.274/90, Art. 20 e § único).

A emissão da LP pelo órgão ambiental competente tem sido um dos requisitos para aprovação pelo DNAEE dos Estudos de Viabilidade. Da mesma forma, as entidades de financiamento nacionais e internacionais tem vinculado a aprovação do EIA e do RIMA e a emissão da LP} à concessão de financiamentos (Decreto Nº 99.274/90, Art. 23).

2.2 Estudo de Impacto Ambiental - EIA e Relatório de Impacto Ambiental - RIMA

O Decreto Nº 99.274/90 estabelece que dependerão de licenciamento do órgão ambiental competente as atividades capazes de causar degradação ambiental e que será exigido EIA e respectivo RIMA para fins do licenciamento, contendo: diagnóstico ambiental, descrição da ação proposta e suas alternativas e identificação, análise e previsão dos impactos significativos, positivos e negativos.

Segundo a Resolução CONAMA Nº 001/86, o licenciamento de usinas de geração de eletricidade acima de 10 MW dependerá de elaboração do EIA e respectivo RIMA. Nesta Resolução, na Resolução CONAMA Nº 006/87 e na legislação específica sobre cada um dos temas tratados são estabelecidos os critérios para desenvolvimento do EIA e correspondente RIMA para aproveitamentos hidrelétricos.

Na elaboração do EIA e do RIMA, deve-se atender aos princípios, objetivos e diretrizes expressos na legislação ambiental, em especial a Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (Resolução CONAMA Nº 001/86, Art. 5º). O RIMA deve ser apresentado de forma objetiva e adequada a sua compreensão. As informações devem ser traduzidas em linguagem acessível, ilustradas por mapas, cartas, quadros, gráficos e demais técnicas de comunicação visual, de modo que se possam entender as vantagens e desvantagens do projeto, bem como todas as consequências ambientais de sua implementação (Resolução CONAMA Nº 001/86, Art. 9º, § único). O RIMA deve ser acessível ao público (Decreto Nº 99.274/90, Art. 17, § 3º e Resoluções CONAMA Nº 001/86, Art. 11 e Nº 006/87, Art. 10º).

Cabe ao proponente do aproveitamento arcar com todas as despesas e custos referentes à elaboração do EIA (tais como: coleta e aquisição dos dados e informações, trabalhos e inspeções de campo, análises de laboratório, estudos técnicos e científicos e acompanhamento e monitoramento dos impactos), elaboração do RIMA e fornecimento das cópias necessárias (Decreto Nº 99.274/90, Art. 17, § 2º e Resolução CONAMA Nº 001/86, Art. 8º).

O EIA e o RIMA devem ser elaborados por técnicos habilitados, que serão responsáveis tecnicamente pelos

resultados apresentados (Decreto Nº 99.274/90, Art. 17, § 2º e Resolução CONAMA Nº 001/86, Art. 7º). Técnicos ou empresas deverão estar regularmente registrados no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, administrado pelo IBAMA (Resolução CONAMA Nº 001/88, Art. 1º).

A seguir são descritas as principais atividades que deverão ser realizadas durante os Estudos de Viabilidade, conforme estabelecido na legislação ambiental:

- solicitar ao órgão ambiental competente esclarecimentos sobre a necessidade de realização do EIA e do RIMA;
- elaborar e encaminhar ao órgão ambiental competente o relatório de planejamento da elaboração do EIA e do RIMA a serem executados, incluindo cronograma tentativo (Resolução CONAMA Nº 006/87 Art. 8º);
- contratar os técnicos habilitados para elaboração do EIA e do RIMA;
- elaborar o EIA e o RIMA conforme estabelecido pela legislação ambiental (Decreto Nº 99.274/90 e Resoluções CONAMA Nº 001/86 e Nº 006/87);
- incluir no EIA e no RIMA proposta ou possíveis alternativas para a implantação de uma unidade de conservação em atendimento à Resolução CONAMA Nº 002/96;
- permitir acesso ao órgão ambiental competente, para fiscalização do local das obras (Decreto Nº 99.274/90, Art. 21, § 3º);
- requerer ao órgão ambiental competente o prazo para conclusão da análise do EIA e RIMA (Resolução CONAMA Nº 001/86, Art. 5º, § único e Art. 10 caput e § único).
- submeter o EIA e o RIMA à aprovação do órgão ambiental competente;

Cabe ao empreendedor solicitar ao órgão ambiental competente, no início dos Estudos de Viabilidade, esclarecimentos sobre a existência de diretrizes adicionais (Resolução CONAMA Nº 001/86, Art. 5º, § único), instruções adicionais (Resolução CONAMA Nº

001/86, Art. 6º, § único e Resolução CONAMA Nº 006/87, Art. 8º) e informações complementares (Resolução CONAMA Nº 006/87, Art. 7º, § único) que orientem a elaboração do EIA e RIMA.

2.3 Audiência Pública

A realização de audiência pública é vinculada ao processo de análise e aprovação do EIA e do RIMA e tem por finalidade expor aos interessados o conteúdo destes estudos, dirimindo dúvidas e recolhendo críticas e sugestões.

Sua realização, regulamentada pelas Resoluções CONAMA Nº 001/86 e Nº 009/87, depende de determinação do órgão ambiental competente ou solicitação de entidade civil, do Ministério Público ou ainda, de 50 ou mais cidadãos. No caso do órgão ambiental competente não determinar, a princípio, a realização de Audiência Pública, deverá ser respeitado o prazo mínimo de 45 dias a partir do recebimento do RIMA para eventual solicitação de audiência.

Assim, durante os Estudos de Viabilidade cabe ao proponente do aproveitamento solicitar ao órgão ambiental competente esclarecimentos sobre a pertinência da realização de audiência pública (Resoluções CONAMA Nº 001/86, Art. 11, § 2º e 009/87, Art. 2º).

2.4 Implantação de unidade de conservação

Segundo a Resolução CONAMA 002/96, o licenciamento de empreendimentos de relevante impacto ambiental terá como um dos requisitos a implantação de uma unidade de conservação de domínio público e uso indireto, preferencialmente uma Estação Ecológica, ou a adoção de medidas alternativas, para fazer face à reparação dos danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas.

Os efeitos desta Resolução são aplicáveis aos processos de licenciamento ambiental em trâmite nos órgãos competentes (Art. 8º), cabendo ao CONAMA a suspensão da execução de projetos que estiverem em desacordo (Art. 7º).

As áreas beneficiadas deverão ser localizadas na região do aproveitamento e visar basicamente a preservação

de amostras representativas dos ecossistemas afetados (Art. 1º, § 2º).

O montante dos recursos a serem empregados deverá ser proporcional à alteração e ao dano ambiental a ressarcir e não poderá ser inferior a 0,5 % (meio por cento) dos custos totais previstos para implantação do aproveitamento (Art. 2º). Deste percentual, poderá ser destinado até 15 % ao órgão ambiental competente para implantação de sistemas de fiscalização, controle e monitoramento da qualidade ambiental no entorno onde serão implantadas as unidades de conservação (Art. 3º, § único).

A seguir são descritas as principais atividades que deverão ser realizadas pelo proponente do projeto durante os Estudos de Viabilidade.

- para estabelecimento da forma de reparação aos danos ambientais, apresentar no EIA e no RIMA uma proposta da modalidade de unidade de conservação ou medidas alternativas (Resolução CONAMA Nº 002/96, Art. 1º, § 1º e Art. 4º);
 - caso seja necessária a destinação de recursos para o órgão ambiental, estabelecer um convênio para transferência destes recursos, discriminando a forma e o cronograma de desembolso (Resolução CONAMA Nº 002/96, Art. 3º, § único);
 - realizar negociações com a entidade do Poder Público responsável pela administração de unidades de conservação, visando a transferência da unidade após sua implantação (Resolução CONAMA Nº 002/96, Art. 5º);
 - caso a manutenção da unidade de conservação seja efetuada indiretamente, estabelecer um convênio com o órgão competente para estabelecimento das condições (Resolução CONAMA Nº 002/96, Art. 5º);
 - caso a manutenção da unidade de conservação seja efetuada diretamente, elaborar um orçamento pluri-anual para a realização de despesas ao longo dos anos (Resolução CONAMA Nº 002/96, Art. 5º);
- Ainda com base nesta Resolução, recomendam-se as seguintes atividades:
- realizar um estudo prévio para avaliar a relevância dos

danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas e a necessidade ou não da adoção de medidas compensatórias, a fim de subsidiar as negociações com o órgão ambiental competente;

- apresentar ao órgão ambiental uma proposta de custo total, com a forma e o cronograma de desembolso, para a medida a ser adotada, cujo valor deve ser proporcional ao dano ambiental a ressarcir (Resolução CONAMA Nº 002/96, Art. 2º);
- solicitar ao órgão ambiental a explicitação das condições a serem atendidas pelo empreendedor, nesta e nas demais fases do processo de licenciamento ambiental (Resolução CONAMA Nº 002/96, Art. 3º).

3. Outros licenciamentos ou autorizações

Além do licenciamento ambiental do aproveitamento pode ser necessária a obtenção de outras licenças ou autorizações, para as quais se faz uma rápida consideração, uma vez que isto pode variar bastante a cada caso.

3.1 Extração mineral

A principal legislação sobre a matéria é o Decreto-Lei Nº 227/67, Código de Mineração, e as Resoluções CONAMA Nº 001/86 e Nº 010/90.

A extração de substâncias minerais para utilização nas obras do aproveitamento (Classe II: rocha, cascalho e areia) exige, além do licenciamento junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, licenciamento ambiental.

O licenciamento ambiental dessas explorações deve ser obtido junto ao órgão ambiental competente e ocorrerá mediante apresentação de EIA e RIMA, conforme a Resoluções CONAMA Nº 001/86 e Nº 010/90.

Quando as jazidas forem junto às obras (dentro da Área de Influência), este licenciamento deverá estar incluído no licenciamento do aproveitamento.

No caso de jazidas distantes ou isoladas, o licenciamento

ambiental será independente, seguindo processo próprio.

3.2 Desmatamento

A retirada de vegetação exige “Autorização de Desmatamento” a ser obtida junto ao IBAMA ou a órgão estadual conveniado, através de solicitação do proprietário da área a ser desmatada, acompanhada de laudo técnico contendo destino, tipo e quantidade de vegetação.

3.3 Pesquisas em áreas indígenas

Quando existirem terras indígenas na Área de Influência, os levantamentos necessários aos estudos deverão ser autorizados pela FUNAI e consultadas as comunidades indígenas.

3.4 Interferência em áreas indígenas

Para a implantação de aproveitamentos hidrelétricos em terras indígenas, deverá ser obtida autorização específica do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas e ficando-lhes assegurada participação nos resultados do aproveitamento, por determinação da Constituição Federal. Os procedimentos para a obtenção desta autorização ainda não estão regulamentados e entende-se como necessário o encaminhamento do processo durante os Estudos de Viabilidade.

Os principais dispositivos legais sobre o assunto são a Constituição Federal, promulgada em 05/10/88, nos seus artigos 231 e 232, e o Estatuto do Índio, Lei nº 6.001, de 1973.

3.5 Pesquisas arqueológicas e de patrimônio histórico

Constituem patrimônio cultural, protegido pela Constituição Federal, os bens de natureza material e imaterial portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, entre os quais se incluem os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Para realização de escavações para fins arqueológicos é necessária a obtenção prévia de permissão ou autorização do Instituto Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, vinculado ao Ministério da Cultura, regulamentada pela Portaria Nº 07/88. O pedido deve ser acompanhado de:

- dados do arqueólogo responsável, com prova de idoneidade técnico-científica;
- delimitação da área de abrangência do projeto;
- plano de trabalho contendo a definição dos objetivos, conceituação e metodologia, seqüência das operações, cronograma de execução, proposta preliminar de utilização do material produzido e meios de divulgação das informações;
- prova de idoneidade financeira do projeto.

O IPHAN deverá responder o pedido em 90 (noventa) dias e a permissão ou autorização deverá ser revalidada a cada dois anos.

O permissionário está obrigado a informar, trimestralmente o andamento dos trabalhos, não podendo impedir a inspeção, quando julgada conveniente, por delegado especialmente designado.

Os principais textos legais sobre o assunto são:

- Constituição Federal, nos seus artigos 5º, 20,e 216;
- Decreto-Lei nº 25, de 30/11/44;
- Lei nº 3.866, de 29/11/41(44);
- Lei nº 3.924, de 26/07/61;
- Lei nº 4.845, de 19/11/65;
- Portaria nº 07, do Ministério da Cultura, de 01/12/88;
- Lei nº 8.029, de 12/04/90;
- Decreto nº 335, de 11/11/91;
- MP nº 752, de 06/12/94;
- Decreto nº 1.361, de 01/01/95.